

INSTITUTO FEDERAL DE EDU.DO AM/CAMPUS MAUÉS

Edital 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	158563-INSTITUTO FEDERAL DE EDU.DO AM /CAMPUS MAUÉS	CLAUDIA ROSANA ROMANO MARQUES DA SILVA	12/05/2026 15:58 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	53/2026	23387.000206/2026-95

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM Campus Maués (158563)

OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo e permanentes destinados às atividades esportivas do IFAM Campus Maués.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 129.291,60 (Cento e vinte e nove mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Critério de Julgamento:

Menor preço por por item

Modo de disputa:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

EDITAL Nº2/2026

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

IFAM Campus Maués

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

(Processo Administrativo nº23387.000206/2026-95)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Maués, por, por meio do(a) Coordenação de Compras e Licitações, sediado(a) Estrada dos Moraes, S/N Bairro Senador José Esteves - CEP: 69190-000, município de Maués /Amazonas, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais de consumo e permanentes destinados às atividades esportivas do IFAM Campus Maués, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

~~3.10.11. sociedades cooperativas;~~

3.10.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

~~3.10.13. pessoas físicas;~~

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário unitário do item;*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo constante do quadro estimado pela administração no item 1.1 do TR.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

~~7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;~~

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf,

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~8.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

~~8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração:~~

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

~~8.12. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:~~

~~8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;~~

~~8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;~~

~~8.12.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;~~

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

~~8.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato;~~

~~8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;~~

~~8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;~~

~~8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;~~

~~8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;~~

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

~~8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato;~~

8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.27 O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalizados.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~9.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.~~

~~9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.~~

~~9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. [A2]~~

9.11 A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro /Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja

assinado digitalmente em até 10 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

~~10.11. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.~~

~~10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.~~

~~10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.~~

~~10.9 Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.~~

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência /Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Estrada dos Moraes, S/N, Bairro Senador José Esteves, Maués/Amazonas, em dias úteis, no horário das 07h30 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, no mesmo endereço e período, onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: 1) E-mail: protocolo.cma@ifam.edu.br e compras_cma@ifam.edu.br, ou 2) por petição dirigida ou protocolada no endereço Estrada dos Moraes, S/N, Bairro Senador Jose Esteves, Maués/AM, Setor de Protocolo.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico e-mail: protocolo.cma@ifam.edu.br e compras_cma@ifam.edu.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Estrada dos Moraes, S/N, Bairro Senador José Esteves, Maués/Amazonas, em dias úteis, no horário das 07h30 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.4. Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS SICSU CARDOSO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 15:58:58.

INSTITUTO FEDERAL DE EDU.DO AM/CAMPUS MAUÉS

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	158563-INSTITUTO FEDERAL DE EDU.DO AM /CAMPUS MAUÉS	CLAUDIA ROSANA ROMANO MARQUES DA SILVA	11/05/2026 17:53 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	53/2026	23387.000206/2026-95

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Aquisição de materiais esportivos (consumo e permanentes)**, com o objetivo de atender a demanda do IFAM campus Maués, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Bola vôlei. Marca: Penalty 8.0 IVS TESTED BY FIVB Pro Ix. Cor amarelo tamanho único. Descrição: Bola Vôlei Penalty 8.0 Pro IX aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB) e presente nas Federações Catarinense de Vôlei (FCV), Federações Paranaense de Vôlei (FPV) e Federações Paulista de Vôlei (FPV).	403837	Unidade	30	358,0000	R\$ 10.740,00
2	Bola de futsal. Marca: Penalty Max 100. Composição: PU laminado e câmara de butil; Peso do produto: 300 - 300g; Sem costura; Contra defeito de fabricação	333815	Unidade	30	214,1900	R\$ 6.425,70
	Bola de Basquete. Marca: Penalty. Modelo 7.8 Crossover.					

3	Tamanho da bola 7. Cor, laranja e amarela. Material da bola: Borracha, nylon e poliuretano. Peso: 580 gramas. Material da câmara: Borracha Butílica. Certificada pela Confederação Brasileira de Basquete.	627317	Unidade	30	339,9150	R\$ 10.197,45
4	Bola vôlei de praia. Beach Classic Oficial Areia Mikasa C/N Descrição. Circunferência entre 66cm e 68cm; Peso entre 260g e 280g	450273	Unidade	12	229,9000	R\$ 2.758,80
5	Dardo Atletismo Duralumínio 600g IAAF – Marca: Feilu Taishan, dardo para atletismo, pesando 600g, medindo aproximadamente 2,21m, empunhadura com 30mm de diâmetro e comprimento de 150mm, cabeça de 260mm de comprimento e centro de gravidade localizado a 95cm da ponta, corpo em duralumínio com cabeça em aço galvanizado. Empunhadura em corda de algodão. Pintura eletrostática a pó. Recomendado em competições .Certificado IAAF.	444777	Unidade	6	648,0400	R\$ 3.888,24
6	Dardo Atletismo Duralumínio 500g IAAF - Marca: JAL-50040 - Vinex, Dardo para atletismo, pesando 500g, medindo aproximadamente 2,01m, empunhadura com 28mm de diâmetro e comprimento de 14cm, cabeça de 260mm de comprimento e centro de gravidade localizado a 90cm da ponta, corpo em duralumínio com cabeça em aço galvanizado. Empunhadura em corda de algodão. Pintura eletrostática a pó. Recomendado em competições.	613644	Unidade	6	328,6900	R\$ 1.972,14
	Placar de Mesa - 7 Sets 99 Pontos - SS Esportes Descrição do produto: Placar de pontos de mesa em metal para voleibol e					

7	demais modalidades esportivas. Conta com marcação de até 99 pontos e 7 sets, além de sistema articulado.	478196	Unidade	6	270,0000	R\$ 1.620,00
8	Sapatilha de Atletismo Meio Fundo e Fundo Health A599. Modelo Health A599, é indicada para provas de meio fundo e fundo para provas longas a partir de 800m e também provas gerais. Fabricada em malha entrelaçada leve e de alta resistência, contém entressola em EVA solado em PU resistente, com prato de sete pregos em aço estilo agulha e fechamento através de cadarço. A marca possui aprovação no centro de desenvolvimento da World Athletics. A sapatilha acompanha sacola para transporte, kit chave e pregos. Tamanhos: 10 N° 36, 10 N° 38, 10 N° 40, 10 N° 42	444689	Par	40	273,6000	R\$ 10.944,00
9	Bolas Tênis de Mesa Ping Pong Profissional. Bolinhas com um diâmetro de 40 mm, essas bolas de cor laranja são projetadas para jogadores que buscam precisão e desempenho superior.	464733	Unidade	2000	2,3650	R\$ 4.730,00
10	Kit de rede de tênis de mesa, uso profissional, com medidas oficiais, contendo suportes em ferro, fixação com presilha tipo 'jacaré' para mesas de até 4cm de espessura, com rede em algodão, rede tamanho padrão ITTF da Federação Internacional de Tênis de Mesa, 177x15,25cm.	486404	Unidade	12	274,0000	R\$ 3.288,00
11	Carrinho de bola esportiva rolante dobrável com rodas para vôlei, medindo 89 cm x 65,5 cm /35,04 polegadas x 25,79 polegadas. Cada pacote inclui 1 carrinho dobrável e 1 bolsa de armazenamento para sua conveniência	436240	Unidade	2	507,9900	R\$ 1.015,98

12	Raquete de ping pong Butterfly Addoy 3000 preta/vermelha FL (Côncavo)	238785	Unidade	30	359,9600	R\$ 10.798,80
13	Kit Massagem Bolsa Térmica Cesto Completo	374329	Unidade	4	349,9000	R\$ 1.399,60
14	Bola de Handebol Kagiva K2 Feminino	238318	Unidade	30	127,9900	R\$ 3.839,70
15	Bola de Handebol Mikasa Hwl410 - Padrão Ihf Cor Branco Tamanho da bola 3; Circunferência: 58-60cm; Peso: 425-475g	305430	Unidade	30	233,2800	R\$ 6.998,40
16	Raia Flutuante Piscina Vermelha Anti Marola 20 Metros Oferta Vermelho	623898	Metro	180	79,9950	14.399,10
17	Prancha de Natação em EVA 30mm 42x28cm Azul Acte Sports	301496	Unidade	40	23,8500	R\$ 954,00
18	Flutuador de Pernas para Natação Cressi Pullbuoy Vintage. Medidas: 24,5 x 8,5 x 9,5	601022	Unidade	40	90,5300	R\$ 3.621,20
19	Colchonete ginástica. Material: Espuma. Comprimento: 0,90 M, Largura: 0,50 M Espessura: 0,03 M, Cor: Preto, Densidade: D60, Revestimento: Tecido Emborrachado	629937	Unidade	60	82,0100	R\$ 4.920,60
20	Placar eletrônico com medidas de 300x125x7, placar com dígitos de 30cm, contendo, cronometro, pontos, set/faltas, período e jornal eletrônico com 28 caracteres.	480258	Unidade	1	852,7400	R\$ 852,74
21	Mesa de Ping Pong / Tênis de Mesa Klopff - 18 mm - Azul indicado para: Jogo. Modelo: Dobrável Espessura: 18 mm Características Principais: Mesa oficial de Tennis de Mesa. Rede não inclusa. Acabamento em	602701	Unidade	6	1824,5000	R\$ 10.947,00

	<p>primeiro azul com linhas demarcatórias brancas. Pés em madeira maciça com rodízios. Permite uso como paredão para treino solitário. Composição: MDF</p> <p>Peso do Produto: 64 kg</p>					
22	<p>Relógio de piscina. Marca: Pro Swim. Cronometro de borda grande, carcaça em polipropileno, ponteiros para minuto e segundo. Usado na borda da piscina, extremamente resistente ao tempo e ao sol, que permite a visualização de tempo pelo nadador de determinado exercício durante o treinamento da natação. Movido a energia elétrica 110 volts, máquina importada do Japão. Cor disponível Azul. Recomendado para piscinas de 50 metros. Tem um diâmetro de 80 cm.</p>	365369	Unidade	2	1900,00	R\$ 3.800,00
23	<p>Bloco de partida multifuncional Sprinter Track Pedals 4 ângulo ajustável de pista e campo para esportes ao ar livre pista de concreto medindo 70 cm x 15 cm x 5 cm/27,56 polegadas x 5,91 polegadas x 1,97 polegadas.</p>	607701	Unidade	6	702,4300	R\$ 4.214,58
24	<p>Bebedouro Industrial 100 litros /hs, gabinete externo em aço inox AISI 430 ou em aço carbono epóxi, atende em média de 180 a 200 pessoas horas. Reservatório interno (reservatório) em aço inox AISI 304 ou em polipropileno atóxico, 3 torneiras frontal tipo rosca/copo ou pressão jato escolar, de alta vazão, torneiras lateral sendo opcional; Tubulação interna em aço inox AISI 304; Sistema de boia para controle do nível da água; Termostato para controle da temperatura da água regulável entre 1° a 7° e 1° a 15° C; Pés em aço inox com sapata regulável e anti - deslizante ; Pingadeira (</p>	611720	Unidade	2	2482,7850	R\$ 4.965,57

cuba) removível e cantos arredondados e com dreno da água; Tampa com os cantos arredondados, facilita a manutenção; Separador de líquido; Isolamento térmico em poliuretano e EPS; Voltagem 127 ou 220v e Casca de 12/24 vdc /Vcc; Unidade compressora composta por 1/5 hp. Gás R134 ecológico.					
TOTAL					R\$ 129.291,60

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **emissão da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10792928000100-0-000004/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III) Id do item no PCA: 58;

VI) Classe/Grupo: 7810 - EQUIPAMENTO PARA ATLETISMO E DESPORTO.

V) Identificador da Futura Contratação: 53/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os equipamentos e aparelhos elétricos que fazem parte da lista de compulsórios do INMETRO, serão verificados os Requisitos de Avaliação de Conformidade relativos à eficiência energética e exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, conforme portarias do INMETRO e legislação correlata.

4.1.1.1. Só será admitida a oferta de **produtos** que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) **classe(s) A**, nos termos da Portaria INMETRO nº 332, de 2021, e nº 736, de 2024, e outras portarias do INMETRO que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória, conforme a lista de compulsórios do INMETRO (de exigência obrigatória) disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

Item	Descrição	Marca/modelo de referência
1	Bola de vôlei 8.0 IVS TESTED BY FIVB Pro Ix	Penalty - certificada pela Federação Internacional de Voleibol
2	Bola de futsal Max 100	Penalty - certificada pela Confederação Brasileira de Futsal
3	Bola de Basquete Modelo 7.8 Crossover	Penalty - certificada pela Confederação Brasileira de Basquete
4	Bola Vôlei de Praia Beach Classic Oficia	Mikasa - certificada pela Federação Internacional de Voleibol
5	Dardo Atletismo Duralumínio 600g	Feilu Taishan - Certificado pela IAAF
6	Dardo Atletismo Duralumínio 500g	JAL-50040 - Certificado pela IAAF
14	Bola De Handebol Kagiva K2 Feminino	Kagiva
15	Bola De Handebol Mikasa Hwl410	Mikasa Padrão Ihf Cor Branco
20	Placar de Mesa - 7 Sets 99 Pontos	SS ESPORTES
22	Relógio de piscina	Pro Swim

Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho e solicitação do setor responsável, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: IFAM campus Maués: Estrada dos Moraes, S/N, Senador José Esteves – CEP 69190-470, de segunda a sexta no horário de 8:00 às 11:00 e de 13:30 às 17:00 horas.

5.3.1. No momento da entrega, caso os materiais estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste instrumento e na proposta de preços, o recebimento será rejeitado e a logística e os custos com a devolução dos itens será de total responsabilidade do fornecedor.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **10% (dez por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias**.

~~7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia; [A2]~~

~~7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.~~

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% a 15%** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% a 15%** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% a 15%** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% a 15%** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% a 15%** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, na data da proposta.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO por ITEM*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.4.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 129.291,60** (Cento e vinte e nove mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Maués, 07 de maio de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação:

Carlos Alberto Dinelly Filho

Claudia Rosana Romano Marques da Silva

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Amazonas, Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Editais*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão nº...../2026*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS ALBERTO DINELLY FILHO
Equipe de Planejamento da Contratação

CLAUDIA ROSANA ROMANO MARQUES DA SILVA
Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 17:53:59.

JOAO BATISTA MACEDO SOBRINHO
Equipe de Planejamento da Contratação

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO AM/CAMPUS MAUÉS

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23387.000206/2026-95

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de **materiais esportivos** para atender a demanda do IFAM campus Maués, por meio de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP).

2.2. Este documento tem por objetivo realizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a futura e eventual aquisição de materiais de consumo e permanentes, através do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.

2.3. Tal estudo visa atender às disposições contidas na Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.4. Conforme a Resolução nº072/CONSUP/IFAM, 15 de agosto de 2022, que aprovou a revisão do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, a instituição vinculada ao Ministério da Educação criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, doravante denominada IFAM, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

2.5. Assim, o IFAM é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Tendo como missão principal, promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

2.6. Dessa forma, para garantir que as atividades de ensino, pesquisa e extensão ocorram de forma segura e contínua faz-se necessária a aquisição de materiais de consumo e permanentes, conforme segue:

2.6.1. A aquisição de materiais esportivos faz-se necessária, visto que o esporte é reconhecido como uma ferramenta pedagógica estratégica para a formação profissional e humana, sendo fundamental para o sucesso do aluno no ensino técnico. Além disso, visa subsidiar o desenvolvimento e prática da Educação Física, que é uma disciplina curricular obrigatória e um campo de conhecimento científico. A prática esportiva é um dos principais fatores que mantêm o aluno conectado à instituição, contribuindo para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, para a saúde mental, trabalho em equipe, disciplina, resiliência, entre outros, auxiliando no aprendizado de outras disciplinas.

2.7. A não aquisição de materiais esportivos para o IFAM Campus Maués gera um efeito dominó negativo que afeta desde a saúde dos alunos até a conformidade legal da instituição, acumulando prejuízos pedagógicos e sociais. Dentre as principais consequências, destacam-se: prejuízo ao cumprimento da ementa curricular, aumento do sedentarismo e problemas de saúde mental, evasão escolar e desmotivação, exclusão de competições ou envio de equipes despreparadas para os Jogos de Integração do IFAM, gerando frustração nos alunos-atletas, uso impróprio de materiais antigos ou inadequados que podem causar acidentes e lesões nos alunos.

2.8. Diante do exposto, a aquisição dos materiais destinados às atividades esportivas apresenta-se como uma medida essencial para o desenvolvimento das atividades e o cumprimento da missão institucional do IFAM Campus Maués. Além disso, é um dever da Administração garantir a segurança física, a eficiência e a entrega ininterrupta dos serviços à sociedade.

2.9. Por fim, a pretensa contratação é fundamental, pois visa o atendimento ao interesse público e permite que o IFAM Campus Maués cumpra sua atividade-fim que é oferecer uma educação pública profissional, científica e tecnológica e de excelência na região do Baixo Amazonas.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. Para atender à demanda, a Administração buscou estabelecer, de maneira eficiente e sustentável, os requisitos indispensáveis para aquisição de materiais destinados às atividades esportivas do IFAM Campus Maués. Os itens a serem adquiridos devem cumprir critérios rigorosos de qualidade, logística, embalagem e sustentabilidade, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e adequada ao uso diário na instituição de ensino.

3.2. Dentre os requisitos indispensáveis para o atendimento da demanda, constam:

3.2.1. Os objetos devem conter os padrões mínimos de qualidade, no que se refere a funcionalidade dos produtos entregues a e operar dentro dos parâmetros de desempenho estabelecidos, incluindo velocidade, capacidade e precisão.

3.2.2. Quanto ao quesito durabilidade e confiabilidade, os itens devem ser resistentes e ter uma longa vida útil, suportando o uso contínuo e/ou condições ambientais específicas e apresentar baixos índices de falha ou defeito, garantindo o funcionamento contínuo.

3.2.3. A contratada deve fornecer materiais que atendam aos padrões mínimos de qualidade especificados, garantindo durabilidade e eficiência no uso diário.

3.3. No que tange à sustentabilidade, a aquisição deve priorizar produtos com menor impacto ambiental, preferencialmente fabricados com materiais sustentáveis e recicláveis. No caso de equipamentos elétricos, deve-se priorizar o baixo consumo de energia, contribuindo para a preservação ambiental e a redução de custos operacionais.

3.4. Para a aquisição de aparelhos eletrônicos em geral, serão observadas as seguintes legislações:

- Lei nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII, determina que no planejamento das contratações, entre os elementos previstos no Estudo Técnico Preliminar, deve haver a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos.
- Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal)
- Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.)
- Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001)
- Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º (Dispõe sobre a regulamentação específica que define os níveis mínimos de eficiência energética de motores elétricos trifásicos de indução rotor gaiola de esquilo, de fabricação nacional ou importados, para comercialização ou uso no Brasil, e dá outras providências.)

3.4.1. Para os aparelhos elétricos que fazem parte da lista de compulsórios do INMETRO, serão verificados os Requisitos de Avaliação de Conformidade relativos à eficiência energética e exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, conforme legislação correlata.

3.4.2. Os equipamentos que necessitem apresentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), deverão obrigatoriamente ter classificação “A” de eficiência energética, conforme IN nº 2, de 2014, SLTI/MPOG.

3.4.3. Os dados relativos ao índice de eficiência energética e ao nível de consumo de energia de cada máquina ou aparelho são informados na respectiva Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, que deverá ser aposta em todos os produtos sujeitos à etiquetagem compulsória, a cargo do INMETRO.

3.5. O processo de embalagem e acondicionamento dos itens deve considerar as condições de transporte fluvial de longa distância na região Amazônica. Em caso de qualquer dano decorrente de defeito de fabricação ou problemas logísticos, a contratada deverá providenciar a substituição do item sem ônus para a Administração.

3.6. A entrega dos materiais deve ser realizada em embalagens recicláveis ou biodegradáveis, e a contratada deve adotar práticas logísticas que minimizem a emissão de carbono, preferencialmente com utilização de transporte sustentável.

3.7. O atendimento a todos esses requisitos visa garantir que os produtos a serem adquiridos atendam às necessidades do Campus Maués, assegurando eficiência operacional e sustentabilidade ambiental, refletindo o compromisso do Instituto com a responsabilidade social e ecológica.

3.8. A contratada deve comprovar conformidade com práticas de produção sustentável e fornecer certificações relevantes que atestem o compromisso com a sustentabilidade ambiental, atendendo aos seguintes critérios:

- Materiais Recicláveis: Preferência para itens produzidos a partir de materiais recicláveis ou biodegradáveis;
- Produção Sustentável: Práticas de fabricação que minimizem impacto ambiental, com uso eficiente de recursos e redução de emissões de carbono;
- Certificações Ambientais: Itens com certificações como FSC, que garantam origem sustentável dos materiais;

- Embalagens Sustentáveis: Utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

3.9. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da emissão do empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Estrada dos Moraes, S /N, Bairro: Senador José Esteves, Maués/AM, CEP: 69190-000.

3.10. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pela fiscalização do contrato, para verificação de conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

3.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado, às custas da contratada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

3.12. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade e quantidade do material e lavratura do termo circunstanciado de aceitação.

3.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão	Moisés de Souza Pontes
Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão	Carlos Alberto Dinelly Filho
Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão	João Batista Macêdo Sobrinho

5. Levantamento de Mercado

5.1. A presente contratação consiste na aquisição de materiais destinados às atividades esportivas, com o objetivo de atender a demanda do IFAM campus Maués, por meio de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP), ressaltando que a solução apresentada é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

5.2. Sabe-se que, atualmente no mercado, existem algumas alternativas de soluções para atender à necessidade de suprir as demandas do ensino e administrativas do Instituto, como:

I) Contratação de empresa especializada no serviço de fornecimento de materiais, porém, por se tratar de itens com fornecimento não contínuo, sem que haja uma demanda de caráter permanente, ou seja, uma vez finalizada a entrega, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato, não seria vantajosa a contratação.

II) Adesão a Atas de Registro de Preços para a aquisição dos itens, porém, em pesquisa no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais e PNCP (Atas de Registro de Preços vigentes), verificou-se que não existem, no momento, atas disponíveis para adesão nas quantidades e nos itens necessários para atender a demanda do Campus.

III) Aquisição de itens através da modalidade Pregão Eletrônico por SRP, para a formação de um cadastro de valores máximos para aquisição futura dos bens pelo órgão público.

5.3. Diante dessas possibilidades, ao analisar criteriosamente as alternativas de soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a melhor solução é a aquisição, pois serão licitados todos os itens nas quantidades necessárias, conforme levantamento dos setores demandantes.

5.3.1. Considerando o ciclo de vida do objeto e analisando o custo e benefício, conclui-se que a opção pela compra ao invés da locação de bens, representa a alternativa mais vantajosa no caso concreto. Afinal, não faria sentido a Administração locar esse tipo de bem, em virtude das razões abaixo especificadas:

- **Análise de Custo-Benefício:** A Administração deve realizar uma análise comparativa entre os custos e benefícios da aquisição e da locação, conforme previsto no art. 44 da Lei nº 14.133/2021. Essa análise deve considerar o ciclo de vida do objeto, incluindo custos de aquisição, manutenção, depreciação e eventual descarte.
- **Necessidade Administrativa:** A necessidade administrativa será atendida plenamente com a aquisição dos bens, pois a compra é a melhor forma de resolver o problema sob a perspectiva do interesse público, atendendo a todos os campi de forma unificada e eficiente.
- **Levantamento de Mercado:** Ao realizar um levantamento de mercado para identificar as soluções disponíveis, verificou-se que a aquisição é a opção mais econômica e eficiente.

- **Economia de Escala:** A aquisição justifica-se por proporcionar economia de escala, ou seja, a redução do custo unitário dos bens devido à compra em grande quantidade. A compra centralizada resulta em um custo total menor do que a locação ou a aquisição parcelada.
- **Redução de Custos de Gestão:** A aquisição pode ser vantajosa por reduzir os custos de gestão de contratos. A compra de todos os itens ou grupo de itens de um mesmo fornecedor simplifica a gestão e a fiscalização do contrato, diminuindo os custos administrativos.
- **Padronização:** A aquisição justifica-se pela necessidade de padronização dos bens. A padronização facilita a manutenção, o treinamento de pessoal e a compatibilidade entre os equipamentos já existentes no Campus.
- **Sustentabilidade:** Através da compra, a Administração pode priorizar a aquisição de bens que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, visto que os bens a serem adquiridos são duráveis, recicláveis, possuem baixo consumo de energia e geram menos resíduos.
- **Autonomia e Disponibilidade:** A aquisição é mais vantajosa quando a Administração precisa ter autonomia sobre o uso dos bens e garantir a sua disponibilidade imediata. Em situações em que a locação pode gerar dependência de terceiros ou restringir o uso dos bens, a aquisição é a melhor opção.
- **Bens Permanentes:** Alguns bens a serem adquiridos são de natureza permanente, ou seja, de uso duradouro e que não se consomem com a utilização. Nesses casos, a aquisição é a opção mais adequada e economicamente viável.

5.4. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços encontra amparo no inciso II do Art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e se justifica pela conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, evitando o vencimento de insumos ou a superlotação de depósitos e oferece flexibilidade logística permitindo aquisições sob demanda. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

5.5. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere à contratação pretendida. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.6. Destaca-se que há no mercado diversos fornecedores que trabalham com os produtos solicitados, desde fabricantes, distribuidores e comerciantes, não havendo, portanto, restrições de mercado.

5.7. O próprio histórico desse tipo de aquisição pode ser observado por meio de consultas aos sistemas Painel de Preços, Compras.gov.br, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência, demonstrando a capacidade do mercado fornecedor em atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade às necessidades dos órgãos e entidades da administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta envolve a aquisição de materiais destinados às atividades esportivas para atender a demanda do IFAM campus Maués, por meio de Pregão Eletrônico através do Sistema de Registro de Preços (SRP), para fins de desenvolvimento e na execução das atividades administrativas e de ensino no âmbito do órgão.

6.2. A solução mais segura e viável é a aquisição de materiais permanentes e de consumo por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza dos bens desejados, a diversidade dos setores demandantes e a necessidade de padronização e economicidade.

6.3. Os materiais a serem adquiridos classificam-se em **bens de consumo e bens permanentes**, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964 e ratificado no Art. 2º do Decreto nº 10.818/2021:

- **Bens de Consumo:** aqueles que, em razão do uso corrente, perdem sua identidade física ou têm utilização limitada a dois anos. Apresentam especificações usuais de mercado, com padrões conhecidos de desempenho e qualidade, possibilitando julgamento objetivo pelo critério de menor preço, conforme inciso II do Art. 2º do Decreto nº 10.818/2021.
- **Bens Permanentes:** aqueles que mantêm sua identidade física e têm durabilidade superior a dois anos, como máquinas, veículos, móveis, equipamentos eletrônicos, ferramentas, terrenos, etc. que agregam valor e sofrem depreciação.

6.4. Na presente contratação, a descrição dos bens será realizada com base em especificações técnicas objetivas e características usuais de mercado, com a indicação de marca e modelo para alguns itens, conforme previsto no inciso II do Art. 2º do Decreto nº 10.818/2021 e no Art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. As descrições observarão parâmetros de desempenho, qualidade, durabilidade, segurança e compatibilidade com atividades de ensino e institucionais e do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT.

6.5.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Estudo e do Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

- 6.5.2. A descrição detalhada dos itens com a imagem ilustrativa consta no Anexo II, para facilitar a identificação dos itens.
- 6.6. Nos casos em que for necessária a padronização para garantir manutenção preventiva, corretiva ou compatibilidade com os equipamentos já existentes no Campus, essa exigência será descrita de forma técnica e funcional, em conformidade com o Art. 43 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. Todos os produtos entregues deverão estar em perfeitas condições de uso, com prazos de validade e garantias respeitados, observando no mínimo 12 (doze) meses ou a metade do prazo recomendado pelo fabricante.
- 6.8. Pelas características dos bens, alguns deles demandará **assistência técnica especializada** (como bebedouro, placar eletrônico, etc.), devendo a contratada garantir suporte, peças de reposição e rede autorizada para manutenção durante o período de garantia.
- 6.9. Não haverá exigência de **garantia contratual da execução**, pelas razões abaixo justificadas:
- a) Por se tratar de aquisição de materiais com prazo de entrega de 20 (vinte) dias, após a solicitação;
 - b) Por se exaurir a obrigação contratual após a entrega do material.
- 6.10. A **licitação será dividida em itens** (24 no total), conforme descrito no item 7 deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- 6.11. O **critério de julgamento será o menor preço por item**, garantindo a ampliação da competitividade e o atendimento ao princípio do parcelamento do objeto.
- 6.12. Em atendimento ao **princípio da padronização**, foram realizadas pesquisas de mercado junto a órgãos públicos federais, em especial universidades e institutos federais, identificando especificações técnicas já adotadas em contratações similares. Verificou-se que os itens pretendidos apresentam ampla disponibilidade de mercado, com características padronizadas que asseguram eficácia, eficiência e economicidade.
- 6.12.1. A Equipe de Planejamento observou ainda a compatibilidade de especificações técnicas, estéticas e de desempenho, em conformidade com o art. 43 da Lei nº 14.133/2021 e art. 9º, inciso I, alínea b, da IN Seges/ME nº 81/2022. Ressalta-se que, até o momento da consulta, os itens pretendidos **não constam no catálogo eletrônico de padronização de compras do Governo Federal** (Portaria SEGES/ME nº 938/2022), razão pela qual as descrições detalhadas constam no Anexo I do ETP.
- 6.13. Na presente contratação **será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s) para os itens abaixo relacionados**, estes servindo de simples referência, sendo aceito, portanto, produto de outra marca desde que atendidos os requisitos mínimos dispostos anteriormente. (TCU, Acórdão 113/2016, Plenário) e (Art. 41, inc. I, da Lei 14.133 /2021):

Item	Descrição	Marca/modelo de referência
1	Bola de vôlei 8.0 IVS TESTED BY FIVB Pro Ix	Penalty - certificada pela Federação Internacional de Voleibol
2	Bola de futsal Max 100	Penalty - certificada pela Confederação Brasileira de Futsal
3	Bola de Basquete Modelo 7.8 Crossover	Penalty - certificada pela Confederação Brasileira de Basquete
4	Bola Vôlei de Praia Beach Classic Oficial	Mikasa - certificada pela Federação Internacional de Voleibol
5	Dardo Atletismo Duralumínio 600g	Feilu Taishan - Certificado pela IAAF
6	Dardo Atletismo Duralumínio 500g	JAL-50040 - Certificado pela IAAF
14	Bola De Handebol Kagiva K2 Feminino	Kagiva

15	Bola De Handebol Mikasa Hwl410	Mikasa Padrão Ihf Cor Branco
20	Placar de Mesa - 7 Sets 99 Pontos	SS ESPORTES
22	Relógio de piscina	Pro Swim

6.14. Nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021, a indicação de marcas para os produtos justifica-se para auxiliar a descrição do objeto a fim de tornar mais bem compreendida a identificação do bem, de forma a servir como referência. Ademais, a indicação visa garantir a aquisição de produtos com parâmetros mínimos de qualidade, reconhecidos pelo mercado, acreditados pelos órgãos de fiscalização, visando o cumprimento do princípio da eficiência e economicidade nas contratações públicas.

6.15. Assim, é importante reafirmar que esta iniciativa não busca direcionar ou tornar exclusiva a licitação, e sim preservar a característica da competição e do princípio da isonomia associado às práticas que permitam a administração atuar de forma eficiente, transparente e impessoal, atendendo aos princípios constitucionais e da Lei 14.133/21.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada através da elaboração da memória de cálculo que envolveu as seguintes etapas:

I) Identificação da Demanda: Análise da necessidade atual e futura do item a ser adquirido, considerando fatores como histórico de consumo, crescimento da demanda, novos projetos, projeção de expansão de cursos, etc. E a definição dos critérios de consumo, considerando a frequência, a intensidade e o tipo de utilização.

II) Definição dos Parâmetros: Estabelecimento dos dados de referência para o cálculo, como o período de tempo a ser considerado (quantidade estimada para para 12 meses, por exemplo), a unidade de medida, as informações relevantes para o cálculo, entre outros. E verificação de fatores que possam influenciar a demanda, como sazonalidade, eventos especiais, etc.

III) Cálculo da Quantidade: Utilização de fórmulas e métodos de cálculo apropriados, considerando as informações coletadas e os parâmetros definidos. Definição da quantidade mínima, média e máxima, considerando a possibilidade de variações na demanda.

IV) Justificativa: Elaboração de uma justificativa detalhada, explicando os critérios utilizados no cálculo, as fontes de dados e os fatores que influenciaram a decisão. E a apresentação dos dados de referência, como histórico de consumo, previsão de crescimento, etc.

V) Documentação: Anexação dos documentos que dão suporte à memória de cálculo, como relatórios, planilhas, etc.

7.2. Além disso, foi feito uma projeção de atendimento para alguns itens que não possuíam uma série histórica de consumo junto a Equipe Técnica da área, como o caso de alguns dos materiais esportivos (raia flutuante piscina, sapatilha de atletismo, etc.), a fim de levantar a real necessidade e os itens para atendimento da demanda do ensino.

7.3. A quantidade dos **materiais esportivos** a ser contratada foi baseada no:

- **Dimensionamento pelo público-alvo** (Capacidade de Atendimento), considerando a quantidade de turmas e alunos da disciplina Educação Física, que é uma disciplina obrigatória para os cursos técnicos em todos os anos.
- **Ciclo de vida útil e taxa de reposição**, acordo com a durabilidade e a vida útil estimada sob uso intenso.
- **Consumo anual da unidade**, conforme as demandas registradas no sistema interno do almoxarifado e no SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) em 2024 e 2025 (Anexo III), dos materiais utilizados nas práticas esportivas.
- **Estrutura do Campus**, considerando os espaços destinados às práticas esportivas como ginásio poliesportivo e piscina semi-olímpica.
- **Modalidades esportivas das competições realizadas nos Jogos dos Institutos Federais (JIFs)**, que incluem modalidades tradicionais como Futsal, Vôlei, Basquete, Natação, Queimada, Tênis de Mesa, Xadrez e Atletismo, visando a preparação dos discentes para este evento.

7.4. Por fim, para a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada, possibilitou definir as quantidades a serem adquiridas, considerando as informações fornecidas pelo setor demandante, responsável pela identificação das necessidades específicas da unidade. Esse levantamento teve como finalidade assegurar a disponibilidade adequada de materiais e equipamentos, evitando lacunas que possam comprometer as atividades de ensino, garantindo maior eficiência na prestação dos serviços e no processo de ensino-aprendizagem.

7.5. Os quantitativos apurados a partir desse levantamento estão detalhados abaixo, possibilitando a devida transparência e fundamentação do processo de aquisição:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
------	-----------	--------	-------------------------	------------

1	Bola vôlei. Marca: Penalty 8.0 IVS TESTED BY FIVB Pro Ix. Cor amarelo tamanho único. Descrição: Bola Vôlei Penalty 8.0 Pro IX aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB) e presente nas Federações Catarinense de Vôlei (FCV), Federações Paranaense de Vôlei (FPV) e Federações Paulista de Vôlei (FPV).	403837	und	30
2	Bola de futsal. Marca: Penalty Max 100. Composição: PU laminado e câmara de butil; Peso do produto: 300 - 300g; Sem costura; Contra defeito de fabricação	333815	und	30
3	Bola de Basquete. Marca: Penalty. Modelo 7.8 Crossover. Tamanho da bola 7. Cor, laranja e amarela. Material da bola: Borracha, nylon e poliuretano. Peso: 580 gramas. Material da câmara: Borracha Butílica. Certificada pela Confederação Brasileira de Basquete.	627317	und	30
4	Bola vôlei de praia. Beach Classic Oficial Areia Mikasa C/ N Descrição. Circunferência entre 66cm e 68cm; Peso entre 260g e 280g	450273	und	12
5	Dardo Atletismo Duralumínio 600g IAAF – Marca: Feilu Taishan, dardo para atletismo, pesando 600g, medindo aproximadamente 2,21m, empunhadura com 30mm de diâmetro e comprimento de 150mm, cabeça de 260mm de comprimento e centro de gravidade localizado a 95cm da ponta, corpo em duralumínio com cabeça em aço galvanizado. Empunhadura em corda de algodão. Pintura eletrostática a pó. Recomendado em competições . Certificado IAAF.	444777	und	6
6	Dardo Atletismo Duralumínio 500g IAAF - Marca: JAL-50040 - Vinex, Dardo para atletismo, pesando 500g, medindo aproximadamente 2,01m, empunhadura com 28mm de diâmetro e comprimento de 14cm, cabeça de 260mm de comprimento e centro de gravidade localizado a 90cm da ponta, corpo em duralumínio com cabeça em aço galvanizado. Empunhadura em corda de algodão. Pintura eletrostática a pó. Recomendado em competições.	613644	und	6
7	Placar de Mesa - 7 Sets 99 Pontos - SS Esportes Descrição do produto: Placar de pontos de mesa em metal para voleibol e demais modalidades esportivas. Conta com marcação de até 99 pontos e 7 sets, além de sistema articulado.	478196	und	6
8	Sapatilha de Atletismo Meio Fundo e Fundo Health A599. Modelo Health A599, é indicada para provas de meio fundo e fundo para provas longas a partir de 800m e também provas gerais. Fabricada em malha entrelaçada leve e de alta resistência, contém entressola em EVA solado em PU resistente, com prato de sete pregos em aço estilo agulha e fechamento através de cadarço. A marca possui aprovação no centro de desenvolvimento da World Athletics. A sapatilha acompanha sacola para transporte, kit chave e pregos. Tamanhos: 10 N° 36, 10 N° 38, 10 N° 40, 10 N° 42	444689	par	40

9	Bolas Tênis de Mesa Ping Pong Profissional. Bolinhas com um diâmetro de 40 mm, essas bolas de cor laranja são projetadas para jogadores que buscam precisão e desempenho superior.	464733	und	2000
10	Kit de rede de tênis de mesa , uso profissional, com medidas oficiais, contendo suportes em ferro, fixação com presilha tipo 'jacaré' para mesas de até 4cm de espessura, com rede em algodão, rede tamanho padrão ITTF da Federação Internacional de Tênis de Mesa, 177x15,25cm.	486404	und	12
11	Carrinho de bola esportiva rolante dobrável com rodas para vôlei, medindo 89 cm x 65,5 cm/35,04 polegadas x 25,79 polegadas. Cada pacote inclui 1 carrinho dobrável e 1 bolsa de armazenamento para sua conveniência	436240	und	2
12	Raquete de ping pong Butterfly Addoy 3000 preta/vermelha FL (Côncavo)	238785	und	30
13	Kit Massagem Bolsa Térmica Cesto Completo	374329	und	4
14	Bola de Handebol Kagiva K2 Feminino	238318	und	30
15	Bola de Handebol Mikasa Hwl410 - Padrão Ihf Cor Branco Tamanho da bola 3; Circunferência: 58-60cm; Peso: 425-475g	305430	und	30
16	Raia Flutuante Piscina Vermelha Anti Marola 20 Metros Oferta Vermelho	623898	metro	180
17	Prancha de Natação em EVA 30mm 42x28cm Azul Acte Sports	301496	und	40
18	Flutuador de Pernas para Natação Cressi Pullbuoy Vintage. Medidas: 24,5 x 8,5 x 9,5	601022	und	40
19	Colchonete ginástica. Material: Espuma Comprimento: 0,90 M, Largura: 0,50 M Espessura: 0,03 M, Cor: Preto, Densidade: D60, Revestimento: Tecido Emborrachado	629937	und	60
20	Placar eletrônico com medidas de 300x125x7, placar com dígitos de 30cm, contendo, cronometro, pontos, set/faltas, período e jornal eletrônico com 28 caracteres.	480258	und	1
21	Mesa de Ping Pong / Tênis de Mesa Klopff - 18 mm - Azul indicado para: Jogo. Modelo: Dobrável Espessura: 18 mm Características Principais: Mesa oficial de Tennis de Mesa. Rede não inclusa. Acabamento em primer azul com linhas demarcatórias brancas. Pés em madeira maciça com rodízios. Permite uso como paredão para treino solitário. Composição: MDF Peso do Produto: 64 kg	602701	und	6

22	Relógio de piscina. Marca: Pro Swim. Cronometro de borda grande, carcaça em polipropileno, ponteiros para minuto e segundo. Usado na borda da piscina, extremamente resistente ao tempo e ao sol, que permite a visualização de tempo pelo nadador de determinado exercício durante o treinamento da natação. Movido a energia elétrica 110 volts, maquina importada do Japão. Cor disponível Azul. Recomendado para piscinas de 50 metros. Tem um diâmetro de 80 cm.	365369	und	2
23	Bloco de partida multifuncional Sprinter Track Pedals 4 ângulo ajustável de pista e campo para esportes ao ar livre pista de concreto medindo 70 cm x 15 cm x 5 cm/27,56 polegadas x 5,91 polegadas x 1,97 polegadas.	607701	und	6
24	Bebedouro Industrial 100 litros/hs, gabinete externo em aço inox AISI 430 ou em aço carbono epóxi , atende em media de 180 a 200 pessoas horas. Reservatório interno (reservatório) em aço inox AISI 304 ou em polipropileno atóxico, 3 torneiras frontal tipo rosca/copo ou pressão jato escolar, de alta vazão, torneiras lateral sendo opcional; Tubulação interna em aço inox AISI 304; Sistema de boia para controle do nível da água; Termostato para controle da temperatura da água regulável entre 1° a 7° e 1° a 15° C; Pés em aço inox com sapata regulável e anti - deslizante ; Pingadeira (cuba) removível e cantos arredondados e com dreno da água; Tampa com os cantos arredondados, facilita a manutenção; Separador de liquido; Isolamento térmico em poliuretano e EPS; Voltagem 127 ou 220v e Cascade 12/24 vdc /Vcc; Unidade compressora composta por 1/5 hp. Gás R134 ecológico.	611720	und	2

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 129.291,60

8.1. Em conformidade com o Artigo 23, da Lei nº 14.133/2021, em que estabelece a normatização do "valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto", foi realizada a pesquisa de preços com base na IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.2. A tabela abaixo demonstra a estimativa de valor da contratação, conforme os itens relacionados na demanda, acompanhada dos valores referenciais individuais e dos preços unitários e totais referenciais da pesquisa de preços:.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Bola vôlei. Marca: Penalty 8.0 IVS TESTED BY FIVB Pro Ix. Cor amarelo tamanho único. Descrição: Bola Vôlei Penalty 8.0 Pro IX aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB) e presente nas Federações Catarinense de Vôlei	403837	Unidade	30	358,0000	R\$ 10.740,00

	(FCV), Federações Paranaense de Vôlei (FPV) e Federações Paulista de Vôlei (FPV).					
2	Bola de futsal. Marca: Penalty Max 100. Composição: PU laminado e câmara de butil; Peso do produto: 300 - 300g; Sem costura; Contra defeito de fabricação	333815	Unidade	30	214,1900	R\$ 6.425,70
3	Bola de Basquete. Marca: Penalty. Modelo 7.8 Crossover. Tamanho da bola 7. Cor, laranja e amarela. Material da bola: Borracha, nylon e poliuretano. Peso: 580 gramas. Material da câmara: Borracha Butílica. Certificada pela Confederação Brasileira de Basquete.	627317	Unidade	30	339,9150	R\$ 10.197,45
4	Bola vôlei de praia. Beach Classic Oficial Areia Mikasa C/N Descrição. Circunferência entre 66cm e 68cm; Peso entre 260g e 280g	450273	Unidade	12	229,9000	R\$ 2.758,80
5	Dardo Atletismo Duralumínio 600g IAAF – Marca: Feilu Taishan, dardo para atletismo, pesando 600g, medindo aproximadamente 2,21m, empunhadura com 30mm de diâmetro e comprimento de 150mm, cabeça de 260mm de comprimento e centro de gravidade localizado a 95cm da ponta, corpo em duralumínio com cabeça em aço galvanizado. Empunhadura em corda de algodão. Pintura eletrostática a pó. Recomendado em competições .Certificado IAAF.	444777	Unidade	6	648,0400	R\$ 3.888,24
	Dardo Atletismo Duralumínio 500g IAAF - Marca: JAL-50040 - Vinex, Dardo para atletismo, pesando 500g, medindo aproximadamente 2,01m, empunhadura com 28mm de diâmetro e comprimento de					

6	14cm, cabeça de 260mm de comprimento e centro de gravidade localizado a 90cm da ponta, corpo em duralumínio com cabeça em aço galvanizado. Empunhadura em corda de algodão. Pintura eletrostática a pó. Recomendado em competições.	613644	Unidade	6	328,6900	R\$ 1.972,14
7	Placar de Mesa - 7 Sets 99 Pontos - SS Esportes Descrição do produto: Placar de pontos de mesa em metal para voleibol e demais modalidades esportivas. Conta com marcação de até 99 pontos e 7 sets, além de sistema articulado.	478196	Unidade	6	270,0000	R\$ 1.620,00
8	Sapatilha de Atletismo Meio Fundo e Fundo Health A599. Modelo Health A599, é indicada para provas de meio fundo e fundo para provas longas a partir de 800m e também provas gerais. Fabricada em malha entrelaçada leve e de alta resistência, contém entressola em EVA solado em PU resistente, com prato de sete pregos em aço estilo agulha e fechamento através de cadarço. A marca possui aprovação no centro de desenvolvimento da World Athletics. A sapatilha acompanha sacola para transporte, kit chave e pregos. Tamanhos: 10 N° 36, 10 N° 38, 10 N° 40, 10 N° 42	444689	par	40	273,6000	R\$ 10.944,00
9	Bolas Tênis de Mesa Ping Pong Profissional. Bolinhas com um diâmetro de 40 mm, essas bolas de cor laranja são projetadas para jogadores que buscam precisão e desempenho superior.	464733	Unidade	2000	2,3650	R\$ 4.730,00
10	Kit de rede de tênis de mesa, uso profissional, com medidas oficiais, contendo suportes em ferro, fixação com presilha tipo 'jacaré' para mesas de até 4cm de espessura, com rede em algodão,	486404	Unidade	12	274,0000	R\$ 3.288,00

	rede tamanho padrão ITTF da Federação Internacional de Tênis de Mesa, 177x15,25cm.					
11	Carrinho de bola esportiva rolante dobrável com rodas para vôlei, medindo 89 cm x 65,5 cm /35,04 polegadas x 25,79 polegadas. Cada pacote inclui 1 carrinho dobrável e 1 bolsa de armazenamento para sua conveniência	436240	Unidade	2	507,9900	R\$ 1.015,98
12	Raquete de ping pong Butterfly Addoy 3000 preta/vermelha FL (Côncavo)	238785	Unidade	30	359,9600	R\$ 10.798,80
13	Kit Massagem Bolsa Térmica Cesto Completo	374329	Unidade	4	349,9000	R\$ 1.399,60
14	Bola de Handebol Kagiva K2 Feminino	238318	Unidade	30	127,9900	R\$ 3.839,70
15	Bola de Handebol Mikasa Hwl410 - Padrão Ihf Cor Branco Tamanho da bola 3; Circunferência: 58-60cm; Peso: 425-475g	305430	Unidade	30	233,2800	R\$ 6.998,40
16	Raia Flutuante Piscina Vermelha Anti Marola 20 Metros Oferta Vermelho	623898	metro	180	79,9950	14.399,10
17	Prancha de Natação em EVA 30mm 42x28cm Azul Acte Sports	301496	Unidade	40	23,8500	R\$ 954,00
18	Flutuador de Pernas para Natação Cressi Pullbuoy Vintage. Medidas: 24,5 x 8,5 x 9,5	601022	Unidade	40	90,5300	R\$ 3.621,20
19	Colchonete ginástica. Material: Espuma. Comprimento: 0,90 M, Largura: 0,50 M Espessura: 0,03 M, Cor: Preto, Densidade: D60, Revestimento: Tecido Emborrachado	629937	Unidade	60	82,0100	R\$ 4.920,60

20	Placar eletrônico com medidas de 300x125x7, placar com dígitos de 30cm, contendo, cronometro, pontos, set/faltas, período e jornal eletrônico com 28 caracteres.	480258	Unidade	1	852,7400	R\$ 852,74
21	Mesa de Ping Pong / Tênis de Mesa Klopff - 18 mm - Azul indicado para: Jogo. Modelo: Dobrável Espessura: 18 mm Características Principais: Mesa oficial de Tennis de Mesa. Rede não inclusa. Acabamento em primer azul com linhas demarcatórias brancas. Pés em madeira maciça com rodízios. Permite uso como paredão para treino solitário. Composição: MDF Peso do Produto: 64 kg	602701	Unidade	6	1824,5000	R\$ 10.947,00
22	Relógio de piscina. Marca: Pro Swim. Cronometro de borda grande, carcaça em polipropileno, ponteiros para minuto e segundo. Usado na borda da piscina, extremamente resistente ao tempo e ao sol, que permite a visualização de tempo pelo nadador de determinado exercício durante o treinamento da natação. Movido a energia elétrica 110 volts, máquina importada do Japão. Cor disponível Azul. Recomendado para piscinas de 50 metros. Tem um diâmetro de 80 cm.	365369	Unidade	2	1900,00	R\$ 3.800,00
23	Bloco de partida multifuncional Sprinter Track Pedals 4 ângulo ajustável de pista e campo para esportes ao ar livre pista de concreto medindo 70 cm x 15 cm x 5 cm/27,56 polegadas x 5,91 polegadas x 1,97 polegadas.	607701	Unidade	6	702,4300	R\$ 4.214,58
	Bebedouro Industrial 100 litros /hs, gabinete externo em aço inox AISI 430 ou em aço carbono epóxi , atende em media de 180 a 200 pessoas horas. Reservatório interno					

24	(reservatório) em aço inox AISI 304 ou em polipropileno atóxico, 3 torneiras frontal tipo rosca/copo ou pressão jato escolar, de alta vazão, torneiras lateral sendo opcional; Tubulação interna em aço inox AISI 304; Sistema de boia para controle do nível da água; Termostato para controle da temperatura da água regulável entre 1º a 7º e 1º a 15º C; Pés em aço inox com sapata regulável e anti - deslizante ; Pingadeira (cuba) removível e cantos arredondados e com dreno da água; Tampa com os cantos arredondados, facilita a manutenção; Separador de líquido; Isolamento térmico em poliuretano e EPS; Voltagem 127 ou 220v e Casca de 12/24 vdc /Vcc; Unidade compressora composta por 1/5 hp. Gás R134 ecológico.	611720	Unidade	2	2482,7850	R\$ 4.965,57
TOTAL						R\$ 129.291,60

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Sabe-se que o parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes.

9.2. No caso de compras, para a aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados, conforme o Art. 40, V, “b”, § 2º, da Lei nº 14.133 /2021:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3. É igualmente relevante a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema. A Súmula TCU 247 orienta pela adjudicação por item em objetos divisíveis, salvo prejuízo ao conjunto, complexo ou economia de escala, visando ampliar a participação de licitantes.

9.4. Assim, na fase de planejamento da contratação ao analisar o caso concreto, o histórico de licitações para aquisição de bens realizadas pelo órgão, as características dos itens e, especialmente, a localização da sede do IFAM campus Maués (interior do Estado do Amazonas) e os aspectos logísticos envolvidos na entrega que influem diretamente nos preços ofertados, a Administração optou em organizar a licitação em itens e a adjudicação será realizada por item, pois o objeto é divisível, conforme tabela constante do item 7 deste instrumento.

9.5 O critério de julgamento será o menor preço por item.

9.6. As aquisições se darão de forma parcelada, de acordo com as demandas previstas e descentralização de recursos, o que justifica a opção de sistema de registro de preços (SRP). Quando contratados, os itens elencados deverão ser entregues em remessa única, conforme nota de empenho e solicitação do setor requisitante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação ocorrerá de forma independente, não se vinculando a qualquer outra contratação para que possa surtir seus efeitos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Para a elaboração do presente estudo, foi considerada a relação de itens constante no Plano de Contratações Anual (PAC) do ano de 2026.

11.2. Todos os itens a serem adquiridos pelo IFAM-Campus Maués estão incluídos no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026, conforme segue:

I) *ID PCA no PNCP*: 10792928000100-0-000004/2026;

II) *Data de publicação no PNCP*: 15/05/2025;

III) *Id do item no PCA*: 58.

VI) *Classe/Grupo*: 7810 - EQUIPAMENTO PARA ATLETISMO E DESPORTO.

V) *Identificador da Futura Contratação*: 53/2026;

12. Enquadramento legal no SRP

12.1. Contexto do Estudo Técnico Preliminar (ETP 4/2026).

12.1.1. O presente tópico visa fornecer a Justificativa de Mérito para a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar obrigatório na instrução processual do Estudo Técnico Preliminar (ETP) em tela, conforme exigido pelo Art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A escolha da metodologia de contratação por meio de SRP não se fundamenta em mera conveniência administrativa, mas em estrita observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente a Vantajosidade, a Eficiência e a Economicidade.

12.1.2. A decisão pela adoção do SRP, em substituição a um certame licitatório tradicional com contrato imediato, deve demonstrar, de forma inequívoca, que esta metodologia proporciona os melhores resultados para o interesse público, tanto sob a perspectiva financeira quanto operacional. A análise técnica confirma que o objeto do ETP 9/2025, ao apresentar características de demanda recorrente, quantitativos variáveis e potencial centralização de compras, encontra o ambiente ideal para a aplicação desse procedimento estratégico.

12.2. Definições e Marco Legal do Sistema de Registro de Preços (SRP)

12.2.1. Para garantir a clareza didática exigida, é fundamental delimitar os termos jurídicos e o arcabouço normativo que rege o SRP no âmbito federal. O SRP é regulamentado primariamente pela Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 82 a 86, e detalhado pelo Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

12.2.2. O Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para a seleção de fornecedores e o registro formal de preços relativos à prestação de serviços ou à aquisição de bens, para contratações futuras. É uma ferramenta de planejamento e gestão de aquisições, cujo maior diferencial reside na ausência de obrigação contratual imediata, gerando apenas uma expectativa de direito em favor da Administração e um vínculo de premissa em relação ao fornecedor classificado.

12.2.3. A Ata de Registro de Preços (ARP) é o documento formal que consolida os preços, fornecedores, quantitativos máximos e condições registradas após a conclusão do certame licitatório (geralmente realizado sob a modalidade Pregão). É a partir da ARP que os contratos administrativos individuais (ou instrumentos equivalentes, como a emissão de notas de empenho) serão celebrados ao longo de sua vigência, que é limitada a um ano (Lei nº 14.133/2021, Art. 84).

12.3. A justificativa da vantagem pública: princípios e doutrina

12.3.1. A escolha do SRP para o ETP 9/2025 é justificada pela sua capacidade intrínseca de potencializar a aderência da Administração aos princípios basilares estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, em particular a Economicidade e a Eficiência. A análise demonstra que, para o objeto em questão, o SRP configura a proposta mais vantajosa.

12.3.2. A licitação pública visa selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preceitua o Art. 37, XXI, da Constituição Federal. A doutrina moderna esclarece que a vantajosidade transcende a mera busca pelo menor preço nominal. O professor Marçal Justen Filho, ao comentar a Lei de Licitações, enfatiza que a vantajosidade está no equilíbrio entre o custo da contratação e a qualidade, a sustentabilidade e a oportunidade da entrega.

12.3.3. O SRP atinge essa vantajosidade através da redução da incerteza e da garantia de condições previamente homologadas. Ao estabelecer um preço máximo válido por até um ano, a Administração elimina o risco de variações de preço abruptas em um mercado volátil e assegura a previsibilidade necessária para a gestão orçamentária.

12.3.4. O princípio da Economicidade impõe que a Administração maximize os resultados, empregando os recursos públicos de maneira racional e eficaz. No contexto do SRP, a Economicidade é alcançada em duas vertentes: a de preço unitário e a de custos de transação.

12.3.5. A consolidação de demandas de múltiplos órgãos ou entidades por meio do SRP (centralização) permite que o volume total da aquisição seja significativamente maior do que o necessário para um único órgão. Essa escala aumenta o poder de barganha da Administração, atraindo um maior número de fornecedores e resultando em preços unitários mais competitivos. A rigorosa pesquisa de preços, exigida pela Lei nº 14.133/2021, serve como balizador para garantir que o preço registrado represente fielmente os valores praticados pelo mercado, evitando prejuízo ao erário, em linha com as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

12.3.6. O maior ganho de Economicidade proporcionado pelo SRP pode residir na redução dos custos administrativos e operacionais, conhecidos como custos de transação. A realização de um único procedimento licitatório centralizado para o registro de preços evita que dezenas de órgãos ou entidades federais precisem conduzir licitações idênticas ao longo do ano. Isso libera capital humano (servidores) e tempo processual, otimizando o uso dos recursos internos. A eliminação da repetição da fase externa da licitação para cada contratação individual (que passa a ser feita por simples emissão de instrumento de contratação) representa um ganho substancial de produtividade.

12.3.7. O princípio da Eficiência, conforme previsto no Art. 37, *caput*, da Constituição Federal, exige que a Administração atue de forma célere e otimizada. A adoção do SRP se alinha diretamente a esse mandamento.

12.3.8. A principal vantagem operacional do SRP é a celeridade que confere à Administração para atender às demandas pontuais. Uma vez registrada a Ata, a contratação subsequente é realizada com rapidez, mediante emissão do instrumento contratual ou ordem de fornecimento. Essa agilidade é impossível de ser alcançada por meio de licitações tradicionais, que exigem a repetição de todas as fases (preparatória, externa, contratual) a cada necessidade.

12.3.9. O Decreto nº 11.462/2023 reconhece o valor estratégico do SRP ao prever a justificativa de sua adoção em situações de "provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público". Essa previsão é crítica para o gerenciamento de riscos. A Administração precisa garantir a continuidade de serviços críticos ou o fornecimento ininterrupto de insumos essenciais (como, por exemplo, suprimentos de TI ou manutenção técnica). Se a aquisição desses bens ou serviços depender de um longo processo licitatório a cada necessidade, a falha no planejamento pode levar à descontinuidade dos serviços públicos, gerando um custo social e funcional inaceitável. O SRP funciona, portanto, como uma apólice legal de seguro, permitindo uma resposta imediata e eficiente a eventos imprevistos ou emergências operacionais, demonstrando a superioridade da escolha procedimental.

12.4. Enquadramento legal e justificativa do mérito (Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023)

12.4.1. O Decreto nº 11.462/2023 estabelece, em seu Art. 3º, as hipóteses específicas de cabimento do SRP. Para a validade da presente justificativa e a finalização do ETP 9/2025, o objeto deve se enquadrar em uma ou mais dessas condições. Considerando a natureza do objeto que se trata de aquisição de bens de uso comum e demanda repetitiva, a adoção do SRP se justifica, de forma cumulativa, pelo enquadramento nos Incisos I, II e IV do Art. 3º, maximizando a vantajosidade para o Poder Público.

12.4.2. O objeto deste ETP demonstra uma demanda que, embora totalizada em um volume anual estimado, se manifesta de forma pulverizada e frequente, ou exigindo entregas parceladas ao longo de 12 meses. Realizar uma licitação com contrato imediato e entrega integral pode ser inviável devido a limitações de espaço de armazenamento, ou ineficiente devido à natureza dinâmica da necessidade. O SRP elimina o ônus de repetir os procedimentos de busca de preços, publicação e disputa competitiva para cada demanda pontual. Assim, ao optar pelo SRP, garante a aderência à Eficiência Operacional, utilizando o esforço administrativo uma única vez (na fase licitatória do SRP) para viabilizar inúmeras contratações subsequentes.

12.4.3. Se o objeto pretendido envolver bens suscetíveis à obsolescência, perda de validade ou que exigem grande espaço físico para estocagem, a acumulação de grandes volumes seria antieconômica. Neste cenário, a ARP é utilizada como um "estoque virtual", cujos custos de armazenagem são suportados pelo fornecedor registrado. A Administração Pública adquire apenas na medida exata da sua necessidade (*just-in-time*), eliminando os custos financeiros e logísticos de gestão de inventário, seguro e depreciação. Esta estratégia comprova a Economicidade na gestão patrimonial e logística do órgão, cumprindo integralmente o inciso II do Decreto.

12.4.4. O SRP é o instrumento por excelência para a centralização de compras, um mecanismo fundamental para atingir a Economicidade através da escala. Ao prever a utilização da ARP por outros órgãos e entidades (Participantes e, posteriormente, Não Participantes/Adesão), maximiza a vantajosidade do certame original. A participação de múltiplos entes no processo (Art. 3º, IV) implica que o Órgão Gerenciador deve calcular, na fase preparatória, a demanda total (própria, dos participantes e potencial de adesão). A gestão desses quantitativos, incluindo a distribuição para a execução descentralizada, ocorrerá por meio de remanejamento, garantindo que o volume total contratado seja administrado de forma eficiente.

12.4.5. A vantajosidade se manifesta claramente:

- Redução da Duplicidade: Evita a realização de múltiplos certames, promovendo a Eficiência administrativa.
- Maximização da Barganha: O maior volume agregado resulta em melhores preços e condições de mercado para toda a Administração envolvida (Economicidade).

12.4.6. A escolha do SRP exige um rigoroso planejamento inicial, sobretudo na fase do ETP, devido às restrições legais impostas pelo Decreto nº 11.462/2023. O Art. 23 do Decreto estabelece expressamente a vedação de efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços. Essa regra, mais rígida do que a legislação anterior, impõe que o Órgão Gerenciador dimensione o quantitativo máximo da ARP com extrema precisão, incluindo o consumo próprio e a estimativa de demanda dos órgãos participantes e a projeção de adesões.

12.4.7. Portanto, a justificativa do SRP no presente estudo deve ser complementada pela demonstração de que a metodologia de estimativa de preços e quantidades (em conformidade com o Art. 82 da L. 14.133/2021) é robusta o suficiente para evitar a necessidade de acréscimos futuros. Um ETP falho, que subestime a demanda, forçaria a Administração a realizar um novo certame (nova ARP) antes do término da vigência da ata, frustrando a Eficiência e a Economicidade almejadas.

12.4.8. A análise técnica e legal, fundamentada na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023 e nos princípios administrativos, demonstra de forma clara a vantagem e o estrito cabimento da adoção do Sistema de Registro de Preços para a finalização do ETP 9/2025.

12.4.9. Por fim, a escolha do SRP para a contratação em análise está solidamente embasada e alinha-se aos objetivos da NLLC, ao promover:

- Conformidade Legal: O procedimento se enquadra nas hipóteses de cabimento do Art. 3º, incisos I, II e IV, do Decreto nº 11.462/2023, sendo a adoção do SRP a solução jurídica apropriada para a gestão da demanda.
- Eficiência: Garante a celeridade e a capacidade de resposta imediata da Administração, prevenindo riscos de descontinuidade de serviços e otimizando o fluxo de trabalho interno.
- Economicidade: Maximiza a economia de escala pela centralização das demandas e reduz significativamente os custos de transação (administrativos e logísticos), resultando na proposta mais vantajosa para o interesse público.

12.4.10. Recomenda-se que, dada a aprovação desta justificativa e a continuidade do processo, a próxima fase (elaboração do Termo de Referência e do Edital) observe os seguintes pontos críticos:

- Rigor Quantitativo: Dada a expressa vedação de acréscimo nos quantitativos da ARP (Art. 23, D. 11.462/2023), o Termo de Referência deve detalhar as estimativas de consumo com a maior precisão possível, contemplando inclusive a demanda potencial para adesão de órgãos não participantes.
- Gestão da ARP: O Órgão Gerenciador deve estabelecer protocolos internos robustos para a gestão e o remanejamento dos quantitativos registrados, garantindo que a execução descentralizada ocorra em conformidade com as regras estabelecidas, monitorando rigorosamente os limites de adesão.
- Vigência Contratual: A vigência dos contratos derivados da ARP deve ser estabelecida no edital, respeitando o limite legal máximo e as condições definidas no Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

13. Da adesão à ata de registro de preços

Justificativa para adesão de Órgãos Não-Participantes

13.1. Poderá ser realizada adesão ao registro de preços, desde que obedecidos os critérios constantes no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços e os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Poder Executivo Federal.

13.2. A adesão à ata de registro de preços consiste na possibilidade de um órgão ou entidade que não participou do procedimento licitatório aderir à ata e adquirir os bens e serviços licitados por órgão diverso, com previsão legal no Decreto nº 11.462/2023, bem como os Art. 82 a Art. 86 da Lei nº 14.133/2021. O Sistema de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizado por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, que não tenha participado do certame licitatório.

13.3. Os seguintes requisitos devem ser observados:

- Que se apresente uma justificativa da vantagem da adesão;
- Que se demonstre que os valores registrados estão compatíveis com os praticados pelo mercado e,
- Que haja a consulta prévia e aceitação tanto do órgão ou entidade gerenciadora quanto do fornecedor.

13.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13.4. Considerando que a sistemática da “carona” se trata de medida que valoriza a eficiência e a economia processual, possibilitando a redução dos custos com licitações e a desburocratização, justificamos o aceite de adesão por parte de órgãos não-participantes.

14. Prorrogação da ata de registro de preços

14.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2. A prorrogação da ata de registro de preços ou do contrato oriundo do procedimento licitatório, conforme prevista na Lei nº 14.133/2021, deve ser avaliada com base na vantajosidade para a Administração Pública. Essa análise deve considerar tanto os aspectos financeiros quanto os operacionais, com o objetivo de garantir a obtenção de melhores condições para a Administração.

14.3. A prorrogação pode representar uma economia significativa de recursos. A realização de um novo procedimento licitatório envolve custos administrativos, como a elaboração de editais, a análise técnica e jurídica, a publicação de avisos, além de custos indiretos, como a mobilização de equipes e a destinação de tempo para o acompanhamento do certame. Esses custos podem ser reduzidos ou eliminados com a prorrogação de um contrato ou ata de registro de preços que se mantenha vantajosa.

14.4. Adicionalmente, a prorrogação evita a interrupção de serviços essenciais ou o atraso no fornecimento de bens, proporcionando continuidade administrativa e operacional. O tempo despendido na realização de uma nova licitação, que pode durar semanas ou até meses, muitas vezes afeta a eficiência e a celeridade na execução dos serviços públicos, causando prejuízos à Administração e aos usuários dos serviços.

14.5. Outro ponto a ser considerado é a preservação de eventuais condições vantajosas obtidas na licitação original. Caso a análise de mercado demonstre que os preços e as condições contratuais vigentes ainda são favoráveis e compatíveis com o mercado, a prorrogação assegura que a Administração continue se beneficiando de tais condições, sem o risco de contratar a um custo maior ou com prazos e condições menos vantajosas em uma nova licitação.

14.6. Ainda, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, a prorrogação de contratos deve observar o princípio da vantajosidade, sendo imprescindível a comprovação de que a manutenção do contrato ou ata de registro de preços vigente se apresenta mais benéfica que a realização de um novo procedimento. Esse princípio assegura que a prorrogação não deve ocorrer de forma automática, mas sim pautada em uma análise técnica e econômica criteriosa.

14.7. Adicionalmente, o quantitativo inicialmente registrado de registro poderá ser restabelecido quando da renovação da vigência da ata de preços, conforme consta no PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, desde que:

- Seja comprovado o preço vantajoso;
- Haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- O tema tenha sido tratado no planejamento da contratação e
- A prorrogação da ata de registro de preços seja celebrado por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência;

14.8. Portanto, a prorrogação de uma ata de registro de preços ou de um contrato pode se mostrar vantajosa, desde que haja uma avaliação objetiva que demonstre a manutenção de preços justos e que a realização de um novo certame, além de incorrer em maiores custos e tempo, não garantiria melhores condições.

15. Impactos do Custo Amazônico

Localização dos Campi do IFAM

15.1. O IFAM é atualmente constituído por 17 campi, sendo três na capital e 14 no interior do estado, sendo dirigido por um reitor e um diretor geral em cada campus, o qual possui seu próprio organograma de organização administrativa e proposta orçamentária definida pela lei orçamentária anual (IFAM, 2018). Para manter suas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), necessita de uma logística operacional que atenda tanto a capital, quanto o interior do estado.



1 Parintins	10 Humaitá
2 Maués	11 Coari
3 Itacoatiara	12 Tefé
4 Presidente Figueiredo	13 Lábrea
5 Manaus - Centro	14 Eirunepé
6 Manaus - Distrito Industrial	15 Tabatinga
7 Manaus - Zona Leste	16 S. Gabriel da Cachoeira
8 Manacapuru	17 Boca do Acre
9 Iranduba	18 Reitoria

Fonte: Comunicação Social 2021

Conceituação de Amazônia Legal

15.2. Designa-se como Amazônia Legal ou região Amazônica a área composta pelos estados da região norte acrescidos de parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão. Nessa região, os dois maiores estados em área territorial, Amazonas e Pará, impõem desafios devido às grandes distâncias e tempo de viagem. A grande área territorial e a vasta malha hidroviária, sujeita a sazonalidade hídrica, fazem com que as cidades amazônicas dependam basicamente dos rios como indutor da economia local e estadual (SILVA et al., 2017).

Conceituação de Custo Amazônico

15.3. O Custo Amazônico representa o conjunto de fatores socioeconômicos, geográficos e ambientais que elevam significativamente os preços de bens, serviços e obras na Amazônia Legal. Trata-se de uma particularidade regional que amplifica o Custo Brasil, com agravantes específicos da realidade amazônica. São todos os gastos adicionais advindo das dificuldades estruturais e naturais que afetam o deslocamento, transporte, comunicação e logística de pessoas e mercadorias na região amazônica. O custo amazônico torna-se fator relevante no aumento do custo de vida nos municípios da região amazônica, especialmente o Amazonas, que se destaca pelo seu vasto território e pela dependência quase exclusiva de transporte fluvial para acesso a municípios do interior.

15.4. Hidrograficamente, o estado é cortado por grandes rios como o Amazonas, Solimões, Negro e Madeira, sendo a navegação fluvial essencial para o abastecimento de insumos e mercadorias. Souza e Zanetti (2016) mencionam o reconhecimento pelo ministério da cultura do custo amazônico em 2010, assegurando dotação específica e diferenciada para os estados da Amazônia Legal em projetos e programas educacionais. Diferentemente de outras instituições federais de ensino existentes em outras regiões do Brasil, os campi do IFAM localizados no interior do estado enfrentam problemas de mobilidade e logística, determinados pelas características geográficas da região Amazônica, que elevam custos e criam dificuldades para compras e fornecimento de suprimentos para execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

15.5. Na mesma proporção de sua extensão territorial, o estado do Amazonas apresenta graves problemas em disponibilidade de sistemas logísticos que possam atender as demandas nos 62 municípios, incluindo a capital, que também sofre com algumas adversidades no que se refere à disposição e aquisição de insumos.

Ciclos de Cheia e Seca dos Rios

15.6. O ciclo anual de cheias e secas dos rios afeta diretamente a logística regional:

- As cheias inundam áreas urbanas e tornam certas rotas inacessíveis
- As severas secas, como a registrada em 2023, paralisam o transporte fluvial, exigindo transbordos e uso de modais mais onerosos

15.7. Esses fenômenos provocam instabilidade no fornecimento, atrasos e aumento de custos logísticos. Analisando essa realidade e comparando com os resultados obtidos por meio das análises qualitativa e quantitativa, é possível notar maiores índices e criticidade quando o município fica consideravelmente distante da capital Manaus, como é o caso de Maués.

15.8. Dessa forma, a gestão de compras assume grande relevância para aquisição dos materiais e contratação dos serviços necessários para o alcance dos objetivos da instituição.

15.9. Neste ponto, merece ressaltar que os campi a serem atendidos dentro do Estado do Amazonas possuem particularidades que devam ser consideradas para análise de preços factíveis à realidade logística da região, conforme demonstrado abaixo:



Fonte: Comunicação Social 2017



Fonte: CCL - Campus Maués 2025.

Impactos na Logística

15.10. A logística na região é marcada por:

- Dependência de modais fluvial e aéreo
- Baixa cobertura de malha rodoviária pavimentada
- Dificuldade de acesso a localidades remotas
- Altos custos operacionais com frete, seguro e armazenamento
- Em períodos críticos, há necessidade de frete emergencial ou redirecionamento de rotas, encarecendo significativamente o transporte.

Reflexos nos Preços dos Materiais

15.11. Os materiais e equipamentos adquiridos sofrem os seguintes impactos:

- Aumento de preços finais devido ao frete fluvial especializado;
- Custo adicional com armazenamento seguro e transbordo;
- Incidência de tarifas específicas para operações em locais de difícil acesso;
- Redução da competitividade entre fornecedores devido ao custo elevado de entrega em municípios do interior.

15.12. Estima-se que o custo logístico represente de 20% a 40% do valor total dos bens adquiridos na região, portanto, é impensável que materiais e equipamentos apresentarão no interior do Amazonas os mesmos preços da capital, que também é mais elevado do que os valores praticados em grandes centros do sudeste do país, por exemplo.

15.13. Acredita-se haver mais dispêndio de recursos públicos nas compras e manutenção dessas instituições do que em outras regiões brasileiras. Esse gasto adicional e desfavorável, aliada à vasta legislação existente para execução dos processos de contratações e compras, compromete a qualidade e eficiência do atendimento às finalidades constitucionais de formação educacional cidadã, cultural e técnico-científica da população atendida pelo instituto federal.

15.14. Diante dos elementos apresentados, constata-se que o Custo Amazônico é fator determinante e recorrente nos processos de aquisição de materiais e equipamentos para o IFAM, impactando diretamente os valores e prazos de entrega. Portanto, justifica-se tecnicamente a adoção de medidas compensatórias e critérios diferenciados na análise de propostas e na alocação orçamentária.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. A contratação pretendida traz benefícios estratégicos que impactam diretamente a eficiência administrativa e a qualidade do ensino no IFAM Campus Maués.

16.2. Dentre os resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são os seguintes:

16.2.1. Fortalecimento do Tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão:

- Ensino: Permite a execução plena do currículo de Educação Física, saindo da teoria para a prática com segurança (bolas, sapatilhas de atletismo, redes, etc.).
- Extensão: Viabiliza projetos abertos à comunidade de Maués. Exemplo disso é a utilização do ginásio poliesportivo para eventos e competições, que integra o campus à comunidade.
- Pesquisa: Materiais adequados permitem o desenvolvimento de estudos sobre fisiologia do exercício, desempenho motor e saúde dos discentes na região amazônica.
- Promoção do bem-estar e integração com o fomento à prática de atividades físicas, redução da evasão escolar e promoção de eventos esportivos que integram o campus à comunidade de Maués.

16.2.2. Permanência e Êxito Estudantil

- Combate à Evasão: O esporte é um dos principais fatores de engajamento juvenil. Ter equipamentos modernos (como os de atletismo de alta performance citados em licitações recentes do campus) motiva o aluno a frequentar a instituição.
- Saúde Mental: Reduz o estresse e a ansiedade, problemas comuns na jornada acadêmica, promovendo um ambiente de convivência mais saudável.
- Inclusão Social: Garante que alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso a materiais de qualidade que eles não poderiam adquirir individualmente.

16.2.3. Representatividade e Competições (JIFs)

- Desempenho nos Jogos do IFAM: A aquisição de materiais específicos (como sapatilhas de velocidade e raquetes profissionais) permite que os atletas do Campus Maués treinem em nível de igualdade com outros campi e escolas, elevando o nome da unidade em competições regionais e nacionais.
- Cultura de Alto Rendimento: Fomenta a descoberta de talentos locais em modalidades como atletismo e futsal.

16.2.4. Gestão e Infraestrutura

- **Custo-Benefício e Durabilidade:** A compra planejada de materiais resistentes e certificados reduz a necessidade de substituições constantes, otimizando o orçamento público.
- **Segurança:** Equipamentos novos e adequados minimizam o risco de lesões durante as aulas práticas e atividades recreativas.

16.3. Por fim, o interesse público também é garantido por meio da eficiência na gestão dos recursos públicos, visto que, com a realização da licitação pública, é possível assegurar que os recursos serão utilizados da melhor forma possível, sem desperdícios ou uso inadequado. Dessa forma, é possível garantir que o dinheiro público seja utilizado da forma mais eficiente possível, em benefício da sociedade como um todo.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto, visto que o IFAM campus Maués possui estrutura adequada para recebimento dos bens.

17.2. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores. Contudo, é recomendável a Administração faça um levantamento dos servidores que necessitem serem capacitados, afinal o aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços, especialmente no que se refere a utilização do Sistema SIADS, onde é realizado o controle completo e efetivo dos estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte.

18. Possíveis Impactos Ambientais

18.1. A aquisição de alguns materiais pode gerar diversos impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos, que variam conforme a natureza dos produtos e da forma como são geridos.

18.2. A seguir, são descritos esses impactos e as respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras:

18.2.1. Impactos Negativos Potenciais:

- **Resíduos de difícil decomposição:** A aquisição de grandes quantidades de materiais em PVC e plásticos gera resíduos que levam centenas de anos para se decompor se não forem descartados corretamente em pontos de reciclagem.
- **Uso de Recursos Não Renováveis:** A maioria dos equipamentos esportivos utiliza derivados de petróleo (poliéster, nylon, PVC, poliuretano).
- **Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE):** A produção de metais (traves, pesos de academia), plásticos (bolas, cones) e tecidos sintéticos (uniformes) consome grande quantidade de energia fóssil.
- **Consumo de Água e Química:** O tingimento de tecidos e a vulcanização da borracha para bolas geram efluentes químicos que, se não tratados na origem, poluem corpos d'água.

18.2.2. Impactos Positivos e Mitigação

- **Critérios de Sustentabilidade no Edital:** Dar preferência a fornecedores que comprovem o uso de materiais reciclados ou processos de fabricação com menor impacto ambiental.
- **Logística Reversa:** Incluir cláusulas onde o fornecedor se responsabilize pelo recolhimento de materiais inservíveis (como baterias de cronômetros ou equipamentos de metal pesado).
- **Durabilidade como Prioridade:** Adquirir materiais de alta resistência. Embora o custo inicial seja maior, a vida útil estendida reduz a frequência de descartes e novas compras.
- **Manutenção Preventiva:** Implementar um cronograma rigoroso de limpeza e conservação para evitar que o sol e a umidade (comuns no Amazonas) degradem o material precocemente.

18.3. Recomendações de Gestão Ambiental:

- **Logística Reversa:** Implementar um programa de coleta para itens como baterias, devolvendo-as aos fabricantes ou empresas especializadas.

18.4. A implementação dessas medidas mitigadoras pode contribuir significativamente para a redução dos impactos ambientais associados à aquisição e uso de materiais de consumo e permanentes no IFAM/Campus Maués. Além disso, a instituição pode se posicionar como um exemplo de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na região, influenciando positivamente a comunidade local.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se **VIÁVEL** em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da mesma. A aquisição do objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo.

A contratação é considerada viável e recomendável, pois apresenta um equilíbrio entre o custo estimado e o benefício direto para a comunidade acadêmica. O estudo apresenta uma necessidade e uma solução economicamente vantajosa para o IFAM, campus Maués, assegurando que os recursos públicos sejam convertidos em melhorias tangíveis na infraestrutura de ensino.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS ALBERTO DINELLY FILHO

Equipe de Planejamento da Contratação

CLAUDIA ROSANA ROMANO MARQUES DA SILVA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 17:55:55.

JOAO BATISTA MACEDO SOBRINHO

Equipe de Planejamento da Contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SIADS_Relatorio Consumo Material Esportivo - 2024 e 2025.pdf (58.19 KB)
- Anexo II - RELAÇÃO DE ITENS - ANEXO II ETP.pdf (696.84 KB)



26403 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS
158563 - IFAM - CAMPUS MAUES
26403 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS
CONSUMO DE MATERIAL

UORG: 098213
NATUREZA BENS: MATERIAL DE CONSUMO
MATERIAL: TODOS
PERÍODO: 01/2024 a 12/2024

UORG:098213 - GINASIO POLIESPORTIVO CAMPUS/MAUES

Material: 001413864 - BOLA BOLA VOLEIBOL MATRIZADA MICROFIBRA CIRCUNF. 65A67CM, PESO CHEIA 260A680G, MOD. PRO 6.

Descrição Complementar: -
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN

2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REQ:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
ATD:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
VALOR:	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		546.00		546.00
		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00	
TOTAL DA UORG: 098213													546.00
Total do Relatório:													546.00



26403 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS
158563 - IFAM - CAMPUS MAUES
26403 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS
CONSUMO DE MATERIAL

UORG: 098213
NATUREZA BENS: MATERIAL DE CONSUMO
MATERIAL: TODOS
PERÍODO: 01/2025 a 12/2025


UORG:098213 - GINASIO POLIESPORTIVO CAMPUS/MAUES														
Material: 000386006 - CLIPE PARALELO METAL NIQUELADO 6/0														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00038 - CAIXA 100,00 UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	4	0	0	0	3	0	0	0	0	6	13	
ATD:	0	0	4	0	0	0	3	0	0	0	0	6	13	
VALOR:	0.00		11.56		0.00		8.67		0.00		0.00		37.57	
		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		17.34		
Material: 000391247 - PAPEL DE COPIADORA PARA MAQUINA XEROGRAFICA COM 75 G/M2, PAPEL A4 MEDINDO 297 X 210 MM NA COR BRANCA, IMPRESSORA JATO DE TINTA														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00268 - RESMA 500 FL														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	4	
ATD:	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	4	
VALOR:	0.00		0.00		0.00		36.00		0.00		0.00		72.00	
		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		36.00		
Material: 000879894 - BOLA TENIS DE MESA														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5	
ATD:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5	
VALOR:	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		20.00	
		0.00		0.00		0.00		0.00		20.00		0.00		
Material: 000971626 - PESO ATLETISMO PARA ARREMESSO, ACO E CHUMBO, 4 KG														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	
ATD:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	
VALOR:	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		288.00	
		0.00		0.00		0.00		0.00		288.00		0.00		







UORG:098213 - GINASIO POLIESPORTIVO CAMPUS/MAUES														
Material: 000979406 - CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA FINA COR PRETA														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	6	
ATD:	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	6	
VALOR:	0.00		0.00		0.00		3.60		0.00		0.00		3.60	
		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		
Material: 000979422 - CANETA ESFEROGRAFICA PONTA MEDIA, COR AZUL														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	
ATD:	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	
VALOR:	6.20		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		6.20	
		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		
Material: 001076779 - RAQUETE ESPORTIVA TÊNIS DE MESA														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	
ATD:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	
VALOR:	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		892.00		892.00	
		0.00		0.00		0.00		0.00		892.00		0.00		
Material: 001126377 - BOLA FUTEBOL DE CAMPO														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	
ATD:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	
VALOR:	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		52.00		104.00	
		0.00		0.00		0.00		0.00		52.00		0.00		



UORG:098213 - GINASIO POLIESPORTIVO CAMPUS/MAUES														
Material: 001165895 - PESO DE ATLETISMO DE AÇO 7,26 KG PARA ARREMESSO														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
ATD:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
VALOR:	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		126.00	126.00
		0.00		0.00		0.00		0.00		126.00		0.00		
Material: 001412817 - BOLA BOLA FUTSAL MATERIAL PU CIRCUNF. 62 A 64 CM PESO CHEIA 410 A 440 G														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	0	0	4	0	0	2	0	0	0	1	1	0	8	
ATD:	0	0	4	0	0	2	0	0	0	1	1	0	8	
VALOR:	0.00		524.84		0.00		0.00		0.00		131.22		1,049.72	
		0.00		0.00		262.44		0.00		131.22		0.00		
Material: 001742574 - BOLA BOLA DE BASQUETEBOL MICROFIBRA MATRIZADA 600 A 650 G COR 300 MODELO PRÓ 7.4														
Descrição Complementar: -														
Unidade de Fornecimento: 00001 - UN														
2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
REQ:	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	
ATD:	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	
VALOR:	315.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		315.00	
		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		
TOTAL DA UORG: 098213													2,914.09	
Total do Relatório:													2,914.09	

	competições.Certificado IAAF.								
6	Dardo Atletismo Duraluminio 500g IAAF - JAL-50040 - Vinex, Dardo para atletismo, pesando 500g, medindo aproximadamente 2,01m, empunhadura com 28mm de diâmetro e comprimento de 14cm, cabeça de 260mm de comprimento e centro de gravidade localizado a 90cm da ponta, corpo em duraluminio com cabeça em aço galvanizado. Empunhadura em corda de algodão. Pintura eletrostática a pó. Recomendado em competições.	613644	und	6	328,6900	R\$ 1.972,14		339030 - MATERIAL DE CONSUMO	10 Aparelhos e equip. P/ esportes e diversões

	20,15 polegadas. Cada pacote inclui 1 caminho dobrável e 1 bolsa de armazenamento para sua conveniência							CONSUMO	Esportivo
12	Raquete de ping pong Butterfly Addoy 3000 preta/vermelha FL (Côncavo)	238785	und	30	359,9600	R\$ 10.798,80		339030 - MATERIAL DE CONSUMO	14 Material Educativo e Esportivo
13	Kit Massagem Bolsa Térmica Cesto Completo	374329	und	4	349,9000	R\$ 1.399,60		339030 - MATERIAL DE CONSUMO	14 Material Educativo e Esportivo

	treino solitário. Composição: MDF Peso do Produto: 64 kg								
22	Relógio de piscina Marca: Pro Swim.Cronometro de borda grande, carcaça em polipropileno, ponteiros para minuto e segundo. Usado na borda da piscina, extremamente resistente ao tempo e ao sol,que permite a visualização de tempo pelo nadador de determinado exercício durante o treinamento da natação. Movido a energia elétrica 110 volts, maquina importada do Japão. Cor disponível Azul. Recomendado para piscinas de 50 metros.Tem um diâmetro de 80 cm.	365369	und	2	1900,00	R\$ 3.800,00		449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08 Apar. equip. utens. med., odont, labor. hospit.

INSTITUTO FEDERAL DE EDU.DO AM/CAMPUS MAUÉS

Ata de Registro de Preços 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	158563-INSTITUTO FEDERAL DE EDU.DO AM /CAMPUS MAUÉS	CLAUDIA ROSANA ROMANO MARQUES DA SILVA	07/05/2026 21:06 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	53/2026	23387.000206/2026-95

1. DO OBJETO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

IFAM CAMPUS MAUÉS

Processo Administrativo nº23387.000206/2026-95

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Maués, sediado na Estrada dos Moraes, S/N, Bairro Senador Jose Esteves, CEP: 691900-000, na cidade de Maués/Amazonas, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.792.928/0010-09, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral Carlos Roberto de Oliveira, nomeado(a) pela Portaria nº 1.110 de 22 de junho de 2023, publicada no DOU de 23 de junho de 2023, portador da matrícula funcional nºxxxxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo nº23387.000206/2026-95, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de consumo e permanentes destinados às atividades esportivas, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do *Edital de licitação* nº xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
------	--

do								
TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Maués.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Maués, de de 2026.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUDIA ROSANA ROMANO MARQUES DA SILVA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 21:06:59.